



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR

Salvador: Estratégia para um Novo Século

PLANO PLURIANUAL

2006 - 2009

Salvador: Estratégia para um Novo Século

Plano Plurianual

2006 -2009

O Plano Plurianual para o período 2006/2009 apresenta uma perspectiva de investimentos e gastos de duração continuada 60% superior ao PPA anterior, apresentado para o período 2002/2005. Enquanto neste último o total de recursos previstos alcançaram, aproximadamente, R\$ 5.5 bilhões, o que agora é submetido à apreciação da Câmara Municipal alcança R\$ 8.8 bilhões, mantendo-se, ainda, uma postura conservadora.

Uma grande diferença nos números dos dois Planos diz respeito à origem dos recursos estimados para tais investimentos. Enquanto para o período 2002/2005 se pretendia uma aplicação praticamente igual entre a Prefeitura de Salvador e terceiros (União, Estado e iniciativa privada), com R\$ 2.7 bilhões para cada grupo, a proposta atual, para 2006/2009 propõe uma relação completamente diferente, com aplicações de R\$ 6.6 bilhões para a Prefeitura de Salvador e R\$ 2.2 bilhões para o grupo de terceiros. No uso dos recursos próprios há, ainda, uma diferença substancial: enquanto no PPA anterior o Tesouro comprometia apenas R\$ 1.2 bilhão, no atual estão previstos pouco mais de R\$ 3 bilhões.

Muito provavelmente esses números se alterarão, com a incorporação tanto de novos valores para investimentos públicos, das três esferas de governo, como para os privados, já que os levantamentos das intenções de investimentos não são tão abrangentes nem podem ser conclusivos. Se o PIB de Salvador alcançar, de forma acumulada e no período do PPA que ora apresentamos, um valor em torno dos R\$ 60 bilhões, o montante de investimentos que ora se apresenta alcançará 15% daquele total, um número que, apesar do elevado crescimento que o atual PPA propõe, ainda é baixo para as reais necessidades de crescimento do município. Portanto, a real taxa de investimentos na economia de Salvador será, seguramente, muito superior àquele percentual, podendo alcançar, por estimativas grosseiras, algo como 25%, em média anual.

O governo estadual também tem a expectativa de que os números do crescimento de Salvador se ampliem, por conta dos investimentos previstos, segundo as intenções que são declaradas.

Apesar do desemprego impressionante, que vem caracterizando Salvador como uma das piores capitais do Brasil, a economia do município tem força e dinâmica próprias. Estimativas colocam Salvador na liderança das atividades produtivas e da criação de valor entre as capitais do Nordeste e pesquisas indicam a cidade como de maior Índice de Potencial de Consumo na Região. Por outro lado, o indicador de Movimentação Econômica de Salvador registrou, em novembro de 2004, crescimento de 10% em relação a novembro de 2003 e cresceu, desde 1996, o equivalente a 37%. No mesmo período, houve aumento de 82% na carga portuária e de 125% na movimentação do aeroporto de Salvador,

além de um aumento de 18% no crescimento do consumo de energia elétrica. Esses indicadores mostram grande vitalidade econômica.

Essa vitalidade é demonstrada pelo crescimento de 55% no número de empresas entre 1996 e 2002, com crescimento de 36% no número de pessoas ocupadas.

A Estratégia Econômica para Salvador, da atual gestão municipal, enxerga Salvador, numa visão de futuro, como uma cidade que estará pronta para se constituir numa referência nacional, pela promoção do desenvolvimento sustentável, de forma consistente e coerente com os princípios democráticos, da equidade social, da igualdade racial e do equilíbrio ambiental.

Como uma cidade criativa, estará, também, cada vez mais preparada para integrar-se e competir nos circuitos econômicos e culturais internacionais. Buscará consolidar-se como uma cidade de vanguarda na pesquisa científica e na experimentação técnico-cultural. Criará oportunidades econômicas originais de desenvolvimento a partir de suas principais características sócio-culturais e do aprofundamento de diálogo e da cooperação entre a Prefeitura e os segmentos da inovação e de pesquisa, os empresários, os agentes culturais e os profissionais do setor de serviços.

Salvador exercerá, plenamente, suas funções como capital de Estado, líder natural de sua região metropolitana, centro difusor de inovações e de ofertas de alcance supramunicipal.

Em conformidade com a mensagem encaminhada na apresentação da LDO, este ano, a Prefeitura Municipal de Salvador reafirma o texto do Senhor Prefeito naquela oportunidade: “Compreendemos a cidade e o município pela visão holística, percebendo um território com qualidade de vida em níveis elevados para todos seus moradores e visitantes, alcançada pelo entendimento, trato e eliminação, ou mitigação, das mais distintas distorções que corroem o nosso tecido social, a nossa vida econômica e a organização do território municipal. Temos, ainda, esta visão porque compreendemos o município de Salvador inserido num contexto mais amplo, do metropolitano ao internacional, com participação nas oportunidades que possam surgir neste mundo contemporâneo.

Desta visão surgiram os objetivos estratégicos do nosso governo, numa visão inicial, porque cremos na dinâmica da sociedade e na necessidade da organização de políticas em função das transformações que os ambientes impõem.

Entendemos, primeiramente, que o *locus* do grupo humano situa-se num meio ambiente que deve dar suporte à existência da vida, principalmente diante do processo acelerado da urbanização no País. O segundo aspecto é a nossa compreensão do ser humano, que usa o suporte ambiental nos seus esquemas e alternativas de sobrevivência, destacando-se as características peculiares do grupo humano em questão. Em seguida, a forma de organização social do grupo humano no território, que estabelece o nível e a qualificação de suas relações, onde se situa o ordenamento jurídico-institucional e, no que é imprescindível, a relação Prefeitura com o município.

Seguindo esta proposta, a nossa abordagem estratégica trata do padrão de ocupação do território com a antropização do ambiente para desenvolvimento das atividades humanas: planejamento, parcelamento, construções, infra-estrutura, equipamentos, metabolismo urbano, produção, serviços municipais, cultura, religiosidade, etc. Resumidamente, procuramos focar num *padrão de habitabilidade* que contribua para o estabelecimento do nível de qualidade de vida no município.

As atividades humanas sobre o território e exercidas pelo grupo humano dentro do ordenamento jurídico-institucional vão caracterizar o perfil tecnológico, as características da economia no município, o desenvolvimento, a receita fiscal e o rebatimento no grupo humano.”

A partir dessa visão é que se apresenta o conjunto de Objetivos Estratégicos e Programas, conforme resumidos abaixo e expostos, em valores, nas seções que seguem:

1 - Ações Legislativas

Serão ações desenvolvidas pela Câmara Municipal e visando o **apoio administrativo** e a **modernização das condições estruturais e processuais** para o funcionamento daquela Casa.

2 - Articulação Estratégica do Município

A organização das funções públicas no espaço metropolitano mostra, para várias delas, a verdadeira situação de conurbação, que estão presentes, por exemplo, na coleta, transporte, disposição e tratamento do lixo, nos transportes, em equipamentos educativos e de saúde, no emprego etc.

A interdependência entre os municípios da RMS requer uma retomada política nos destinos da metropolização, que tem Salvador como o principal centro regional, conduzindo para uma liderança no sentido da articulação de políticas públicas que beneficiem a região como um todo e naquilo que é mais peculiar em cada município, reduzindo ou eliminando uma competitividade que se apresenta muito mais preocupante ao se adotar a visão patrimonialista municipal fomentada pela própria Constituição Federal de 88.

A metropolização no País, apesar de não estar suficientemente resolvida, tem demonstrado avanço em diversos estados, estando Salvador ausente do debate nacional que se realiza na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior – CDUI, do Congresso Nacional.

Por outro lado, há um elenco de intervenções públicas que conduzem para a parceria entre municípios da RMS, inclusive na captação de recursos da União. Para os habitantes não existe um limite físico entre territórios. São funções diretamente voltadas para as questões

meramente urbanas, não necessariamente identificadas com os aspectos sociológicos e antropológicos dos centros urbanos, a não ser no contexto mais amplo de toda a região.

O município de Salvador, por outro lado, tem atributos diferenciados e adequados a um potencial processo para a sua internacionalização. A sua história, o patrimônio artístico e cultural, sua arquitetura e geografia, seus aspectos religiosos e de comportamento humano, a musicalidade, a culinária e as relações sociais e étnicas, são todas vantagens para um processo de maior aproximação internacional do município. Essencial se torna, para o desenvolvimento de um PPA, que a cidade avance nas suas relações institucionais internacionais, buscando a **cooperação técnica e financeira** de organismos multilaterais e de países e empresas, de modo a torná-la mais forte como **cidade de protagonismo internacional**.

3 - Atividades Econômicas, Competitividade, Trabalho e Renda

Embora a dinâmica da economia resulte das decisões que hoje são mais complexas no processo de internacionalização econômica, a administração municipal tem importante participação neste particular.

O governo municipal escolheu, como prioritários para o seu plano plurianual de investimentos, sete programas que podem contribuir para a melhoria da competitividade produtiva e para a expansão e melhoria da qualidade do trabalho, com a conseqüente elevação e distribuição mais adequada da renda. São eles: a organização de **arranjos produtivos**, para diversos segmentos da economia, o que, certamente, pode desenvolver competências locais e propiciar a organização e o avanço de pequenos negócios na economia da cidade, inclusive com a formação de pequenos *clusters*; o apoio à **formação de cooperativas**, como forma de promover o associativismo econômico e criar forças para vencer concorrências, tanto no mercado local como, também, em regiões mais afastadas; a **requalificação do turismo** com o intuito de alterar o perfil do turismo que se destina a Salvador, através de uma matriz de oferta mais atrativa, buscando visitantes de maior renda e propiciando os meios para que haja uma maior permanência média, associada a maiores gastos em consumo; a **ampliação e a atração de investimentos**, tanto em termos nacionais como internacionais, permitindo a melhor e mais rápida expansão do produto da cidade e a conseqüente elevação e distribuição da renda local; o **desenvolvimento econômico e a inovação**, através de processos de transformação da cidade, induzindo novas formas produtivas e distributivas, associadas a alterações estratégicas que possam melhorar a produção econômica no espaço geográfico da cidade, considerando-se tanto a dispersão quanto a concentração de atividades, onde for necessária cada uma dessas políticas; a **intermediação de mão-de-obra**, para facilitar a melhor colocação de profissionais no mercado como para aumentar o suprimento da força de trabalho local nos empreendimentos que se localizem em Salvador; e a **qualificação profissional**, tomada como atributo essencial para enriquecer e acelerar o processo de transformação e de desenvolvimento da cidade.

O conjunto desses programas certamente dará melhor condição de desenvolvimento à cidade, permitindo estímulo à economia tradicional e a sua articulação, como dois grandes conjuntos harmônicos, com a economia avançada, moderna e competitiva, ampliando e potencializando mercados e expandindo as condições de ganhos para produtores e consumidores.

Assim, segmentos tradicionais, fortemente empregadores de mão-de-obra, como a construção civil, podem ser reativados com o incentivo a novos investimentos em habitação e infra-estrutura. Além disso, inúmeros outros negócios, de fácil vocacionamento para a cidade, poderão crescer e se transformar em reais especializações, criando empregos e elevando a produção econômica, inclusive com dimensão de mercado internacional. São possibilidades para isso as indústrias do lazer e das atividades náuticas, a música, o entretenimento e o lazer.

Destacam-se, ainda, inclusive com alta prioridade, como segmentos essenciais para o futuro desenvolvimento da cidade, os serviços profissionais de alta tecnologia e o comércio e a distribuição econômica modernos e sofisticados, ambos com amplitude, no mínimo, regional, podendo transformar Salvador em plataforma de negócios nacionais e internacionais.

Neste contexto, em que novas fronteiras deverão ser incorporadas à economia municipal, pretende-se o desenvolvimento em Salvador de uma verdadeira Economia Cultural, para a qual a cidade detém todos os atributos e possibilidades de expansão. Essa economia certamente propiciará uma ampliação do diferencial que Salvador tem no contexto nacional e exercerá função de forte atratividade no ambiente internacional. Ademais, também servirá como elemento de aglutinação social e de elevação de valores sociológicos e antropológicos da cidade.

4 - Eficiência da Gestão e Serviços Municipais

O ordenamento sócio-institucional do grupo humano estabelece o nível de articulação entre os seus membros no sentido do exercício e desenvolvimento das atividades no território. O modelo democrático vem requerendo aperfeiçoamento frente ao tamanho da concentração humana; suas características de desenvolvimento e a agudeza dos problemas e demandas dirigidas ao poder público.

Os grupos com elevados indicadores de consumo e tradicionalmente mais próximos do Poder, têm tido maiores influências na definição de políticas públicas e direcionamento orçamentário. O cenário resultante é a transferência de uma parcela grande do dinheiro público aos grupos mais abastados e a manutenção da desigualdade social e da segregação urbanística, que apresentam a cidade com “bairros que tem” e “bairros que não tem” ou, bairros de ricos e bairros de pobres, sendo estes últimos, os sem infra-estrutura e desassistidos, não incorporados à cidade legal. É o *Estado Urbanístico Paralelo*.

O nível de exclusão social incorpora um forte conceito patrimonialista em que o espaço público é da responsabilidade da “Prefeitura” e, não, de “todos”, em benefício da coletividade, daí o ordenamento institucional atual estabelecer, mais diretamente, a aproximação entre a sociedade e o poder público (Estatuto da Cidade). Nas faixas de maior poder aquisitivo operam-se reações de desencanto e desalento frente à insegurança pública, tendo como resposta a negação à cidade, ou seja, ao espaço público compartilhado por todos, situação que se traduz na aceitação privilegiada de condomínios fechados e shopping-centers, transformando as ruas como corredores sem vida e mais propensas às delinquências sociais.

O fortalecimento dos instrumentos e mecanismos de gestão e participação dos moradores da cidade passou a ser exigência obrigatória a partir do Estatuto da Cidade. Daí, a reivindicação pela revisão do PDDU; otimização da prática do orçamento participativo; fortalecimento das audiências públicas, debates e consultas sobre questões urbanas e os grandes empreendimentos com impacto na estrutura urbana e vizinhança (Estatuto da Cidade), etc.

Por conta disso, tornaram-se programas prioritários desse objetivo estratégico os seguintes: **Participação popular**, inclusive como lema básico da atual gestão municipal e tendo em conta, dentre outros, o fortalecimento das ações que correspondam à elaboração e prática do orçamento participativo; **modernização administrativa**, com o avanço na melhoria da estrutura de gestão e nos processos de trabalho e de funcionamento, essencialmente com o uso de modernas tecnologias; **eficientização da receita tributária**, com a busca do aumento de receitas próprias; **apoio administrativo do poder executivo**; **valorização do servidor municipal**, através de programas de apoio social, capacitação profissional, programas assistencialistas, melhoria das condições de trabalho e da remuneração; **qualidade dos serviços**, tendo a satisfação plena dos cidadãos como meta fundamental para a gestão administrativa.

5 - Inclusão Social e Direito Pleno à Dignidade Humana

A composição étnica é o destaque na caracterização demográfica desta cidade. Após o enfoque ambiental, o ser humano apresenta-se como a razão de ser da cidade e do seu território.

Dada a especificidade dessa etnia na formação histórica, apresenta-se a dramaticidade na desigualdade social dentro do grupo humano do município, incidindo mais perversamente nos segmentos da maioria dos habitantes de descendência africana.

Outros aspectos demográficos indicam patamares de envelhecimento da população, concentração na faixa de jovens, maior expectativa de vida; redução na taxa de migração e de reprodução, menor apropriação da renda pela maioria da população, concentração da pobreza e da miséria nos descendentes do sistema escravocrata, renda familiar dependendo de benefícios da seguridade, etc.

No item gênero, a mulher assume a cabeça da família; tendências de mãe solteira; sofre acentuado índice de violência; apropria menor renda, com conseqüente menor poder de consumo; requer maior atenção na gestação e no período de lactante e se acentua a prostituição infanto-juvenil.

A composição étnica demanda forte presença cultural, mas repercute negativamente com a segregação urbanística, patrimonial e no exercício de cidadania, refletindo-se no desenho do ordenamento territorial.

Afora as questões de caráter étnico, a cidade do Salvador pode ser considerada como uma cidade eminentemente pobre, observando-a como um todo. Com uma produção econômica girando em torno dos R\$ 13 bilhões, a sua relação *per capita* situa-se próximo dos R\$ 5 mil por ano, o que alcançaria uns R\$ 400 por mês. São valores absolutamente baixos, em termos médios, indicando uma fragilidade de mercado de consumo fantástica e, certamente, uma gravíssima exclusão da maior parte da população do sistema capitalista em que a cidade se insere, principalmente nas suas relações nacionais e internacionais de dependência.

O assistencialismo, por conta disso, toma vultosa forma de necessidade, a partir, principalmente, do poder público, exercendo, então, vigorosa pressão sobre a gestão e finanças públicas.

Assim, a gestão municipal não pode transcorrer sem que priorize as questões de inclusão social e econômica, para quase todos os segmentos sociais e a maioria absoluta da sociedade. Além disso, há a imensa necessidade do resgate e da elevação da dignidade humana e cidadã para aqueles que habitam a cidade.

Dá que os serviços municipais requeridos têm que ser bastante eficientes, com o uso mais racional e adequado de todos os recursos públicos, e postos muito próximos da população.

O padrão de habitabilidade de bairros da cidade, da capacitação da PEA e da modernização da PMS pode refletir no nível de satisfação da população com a oferta dos serviços municipais.

A maior aproximação da estrutura de serviços do poder público com sua população requer adequado ordenamento do território e sua infra-estruturação. Na impossibilidade, dada a grandeza da ocupação sem o planejamento governamental, propostas criativas devem ser desenvolvidas para o Executivo Municipal estar presente, principalmente entre os contingentes de menor poder aquisitivo, fragilizados e mais vulneráveis pela adversidade do processo competitivo do mercado capitalista.

Neste sentido, serviços de educação básica, saúde, creches, capacitação profissional continuada, assistência social e jurídica, ao lado da coleta de lixo, transportes, iluminação pública, comunicação, segurança alimentar e educação nutricional, ambiental e pública, arquitetura e engenharia pública, entre outros, devem estabelecer níveis de cidadania reclamados na Constituição Federal e organismos da sociedade civil, evidenciando

prioridades na ação governamental para o enfrentamento presente quanto no estabelecimento de metas para o futuro da cidade.

A presença das estruturas físicas da Prefeitura nos sítios das comunidades carentes reduz os gastos de deslocamentos por transportes dessas famílias e podem contribuir para o estabelecimento de novas centralidades urbanísticas, fortalecendo o surgimento de atividades.

Topicamente, a Prefeitura Municipal do Salvador, tomará como prioritários os seguintes programas estratégicos: população de rua; proteção ao idoso; segurança alimentar; atenção básica à saúde; desenvolvimento comunitário; proteção e assistência à mulher; atenção às urgências e alta complexidade; assistência e acompanhamento a crianças e adolescentes; desenvolvimento do esporte, lazer e entretenimento; vigilância sanitária, ambiental e epidemiológica; assistência a pessoas com necessidades especiais; cidade educadora e escolarizada com qualidade; gestão plena do sistema municipal de saúde; valorização dos profissionais de educação; incentivo à cultura e cotidiano das artes; valorização dos profissionais de saúde; grupos em situação de risco; educação pelo trabalho; patrimônio e memória.

6 - Infra-Estrutura e Oferta de Serviços

O futuro do padrão da habitabilidade da cidade pressupõe superar o déficit social e urbanístico atual e preparar-se para o incremento demográfico que, nominalmente, ainda é elevado, demandando maior presença do poder público, neste aspecto.

As bases para um ambiente menos degradado, inclusive socialmente, devem ser lançadas desde já, por serem de maturação de médio e longo prazo. Projetos como do metrô e vias estruturantes, esgoto sanitário, segurança ambiental, entre outros, requerem altos investimentos e no pensar a cidade permanentemente, numa visão interativa e não, episódica, ou isoladamente pela iniciativa empresarial, dada a ausência de diretrizes para a urbanização da cidade.

Nesta direção, o Município tem que fortalecer os organismos de planejamento e desenvolvimento na perspectiva de agenciar o espaço urbano antes, ou em paralelo, com as iniciativas dos atores da construção da cidade, quer os dos setores do capital, quanto os das comunidades de baixa renda, ou melhor, estabelecer espaços transparentes de interesses numa discussão aberta e democrática, o que não se estabeleceu na elaboração do PDDU.

A ótica da Prefeitura Municipal do Salvador para este objetivo estratégico concentra-se na melhoria da **segurança pública**, inclusive com a possibilidade de implantação da guarda municipal; dos projetos de **desenvolvimento urbano**, modo geral, obedecendo rigorosamente os ditames do PDDU; a adequação e ampliação de equipamentos urbanos e de projetos de **infra-estruturação**, inclusive novas macro vias para melhorar ordenar os grandes fluxos e a logística de funcionamento da cidade; o próprio **ordenamento do sistema viário**, com redefinição, para o longo prazo, da circulação na cidade,

especificamente levando-se em consideração o metrô, suas estações e seus impactos, além da essencial distinção na circulação de veículos particulares, táxis, veículos de carga e coletivos (com implantação de corredores exclusivos para ônibus na maioria dos eixos principais); intensa e contínua campanha de **educação e de melhoria da segurança no trânsito**, com a sua **modernização** e com a organização do **sistema inter-modal** para o transporte público.

7 - Meio-Ambiente Saudável, Seguro e Preservado

Atualmente os líderes da economia procuram espaços com melhor qualidade ambiental tendo em vista a degradação provocada pelo processo industrial e padrão de ocupação do solo, com prejuízos quer para a saúde, quanto para a produção.

Para o poder público, cidades com os mais variados níveis de poluição, por não serem seguras e saudáveis, demandam elevados investimentos para correções na fisiografia e na superação de doenças e outras ocorrências.

Ainda tem pouca repercussão o item de proteção e conservação dos recursos naturais no ambiente urbano, resultando, no caso de Salvador e sua RMS, na ocupação de dunas, bordas de praias, redução de áreas de parques e praças etc, erradicação de vegetação e poluição dos rios, entre outros.

Merecem registro, também, os itens de poluição acústica diante de uma cidade sonora e musical, mas que começa a incomodar os moradores e o visual, com destaque no comprometimento paisagístico ou excesso de dispositivos publicitários.

Como programas estratégicos, para o período de investimentos plurianuais, a PMS pretende priorizar aqueles absolutamente necessários à transformação da cidade num espaço a ser reconhecido pela sua população e visitantes como de gabarito elevado. Destacam-se, dentre as intenções da Prefeitura:

- O saneamento ambiental
- A despoluição ambiental
- A implantação da Agenda 21 local
- A preservação e a recuperação de áreas degradadas
- A educação e a conscientização ambiental

8 - Melhoria das Condições de Habitabilidade

A maior parte da área municipal é ocupada por edificações sem orientação adequada quanto à localização, tecnologia da construção, segurança ambiental, salubridade e conforto ou por programas governamentais de conjuntos e núcleos habitacionais, estes últimos tendendo ao

adensamento demográfico, reduzindo os padrões de qualidade de vida, embora os primeiros caracterizam-se por altas densidades e em processo de expansão vertical.

A ocupação do solo nessa extensa área reflete as carências dos serviços públicos. Nas áreas de ocupação não programada, além das citadas carências, acrescenta-se a inexistência de saneamento, pavimentação de vias, deficiência na coleta de lixo e outros equipamentos e serviços necessários ao processo demográfico de ocupação.

As áreas ocupadas pelos segmentos melhor situados nos indicadores de consumo, principalmente na faixa da Orla Atlântica, são objeto do interesse imobiliário, que exerce forte pressão na rentabilidade dos empreendimentos de edificação, resultando no aumento da área construída e maior adensamento demográfico e de trânsito, repercutindo na queda da qualidade de vida e pressão sobre a infra-estrutura demandando, para breve, novos investimentos públicos para ampliação da oferta e serviços públicos, a exemplo da fiscalização do trânsito, coleta de lixo, ampliação do sistema viário como no Iguatemi, Avenida Manoel Dias da Silva, Avenida Luiz Viana Filho, Avenida ACM etc.

Nos seus programas estratégicos, a Prefeitura Municipal do Salvador dará ênfase às **áreas de risco**, com projetos que assegurem encostas sem problemas, trabalhando, essencialmente, naquelas já diagnosticadas – em torno de 1 mil – em situação que carecem de ação mais imediata. Há, na questão das encostas, a vinculação direta à mudança de local e de padrão de moradias, tornando os programas habitacionais também essenciais para a solução desses problemas.

Outro programa essencial será o de regularização fundiária, já em andamento através das Secretarias da Habitação e da Fazenda, propiciando ao beneficiário a definição da sua propriedade à terra, de modo que ele pode passar, efetivamente, a caracterizá-la como seu bem de raiz, com a força que esse termo significa na nossa cultura.

Os programas de habitação também buscarão soluções para a carência existente na cidade, inclusive atendendo àqueles cadastrados em movimentos sociais de sem-teto ou retirados de invasões na cidade.

Outro programa de destaque estratégico é o de requalificação de bairros, buscando, numa interação entre diferentes secretarias e órgãos municipais, a humanização e dignificação de áreas residenciais e comerciais, com ênfase em parâmetros de embelezamento e condições de lazer, entretenimento, circulação e segurança.